

## Considerações sobre Saneamento Básico no Brasil

Cláudio R. Frischtak

26.09.2019

***O PL sob análise, se bem desenhado, é a legislação mais relevante para o bem-estar da população mais pobre do país***

Ponto de Partida: **evidência** de que o sistema não está funcionando; e que o status quo implica em mais duas gerações de brasileiros “vivendo no esgoto”.

1. Cobertura de Água: rigorosamente não sabemos. O SNIS é auto declaratório, e sem aferição/auditoria externa. Mas as estimativas são de que 83,3% da população viva em domicílios ligados à rede de abastecimento.

Existe a ligação; mas a água nem sempre está na torneira: falta de pressão, pois as bombas são obsoletas ou danificadas; outras vezes a água insuficiente, requer manobras para redistribuir água entre bairros.

Ao mesmo tempo: há 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada em qualquer dia da semana.

2. Cobertura sobre o Esgoto Produzido: estima-se que 51,9% da população viva em domicílios conectados à rede de coleta.

48% da população sem acesso a coleta de esgoto [+ 100 M de pessoas]

55% do volume de esgoto coletado não é tratado => somente 26% do esgoto produzido é tratado; 74% in natura, nas vielas, ruas, córregos, rios, baías...

O impacto é particularmente dramático na saúde e aprendizado das crianças:

Censo Escolar 2018 INEP: 181,9 mil escolas da educação básica (ensino infantil, fundamental e médio):

- 16% não contam com banheiro dentro do prédio da escola
- 49% não estão ligadas à rede de esgoto
- 26% não possuem acesso a água encanada
- 21% não contam com coleta periódica de lixo

3. Doenças por falta de saneamento: múltiplas e com efeitos devastadores – em mais de 10% dos municípios do país há incidência significativa de dengue, diarreia, verminose, chikungunya, zika e outras doenças associadas à falta de saneamento básico.

Importância do investimento em esgotamento sanitário: Uruguaiana 2012-18, cobertura de esgoto foi de 9% para 94%; e internação por diarreias e doenças entéricas se reduz de 3002 para 106 (Panorama ABCON, 2019).

IBGE, 19.09.2018: 34,7% dos municípios no país registraram uma epidemia ou endemia por falta de saneamento. De um total de 5.570 municípios, apenas 2.216 (38,2%) tinham uma política de saneamento básico.

4. Ineficiência do sistema - Perdas de Água Potável na Distribuição (em %) – tem um custo superior a R\$ 10 B, fruto de **má gestão, investimentos insuficientes => vazamentos; erros de leitura; roubo; fraudes.**

2014: 36,67

2015: 36,70

2016: 38,05

2017: 38,30

***Porque o país apresenta um quadro de atraso, com efeitos tão adversos sobre o bem-estar da população?***

(i) Município é poder concedente e regulador; não tem recursos financeiros e técnicos para entregar os serviços e regular adequadamente – terceirizam para os estados (ou decidem prover diretamente, apesar das limitações).

(ii) Regulação fragmentada (49 agências), frágil e sujeita a conflitos de interesse na sua aplicação (estado regulando empresa do estado, município regulando seu próprio departamento ou autarquia voltada ao abastecimento de água e coleta de esgoto).

(iii) Empresas públicas não estão submetidas a contratos vinculantes (quando há contratos), regulação rígida, e nem à competição pelos ativos; e

(iv) Empresas privadas com um papel muito limitado. Estas empresas:

- **Atendem 9% da população (2018); e são responsáveis em média por 2,2 vezes mais investimentos por habitante que as empresas públicas.**

Participação dos investimentos privados nos investimentos totais em saneamento básico:

20,8% dos investimentos em 2014-17; e 20,1% dos investimentos em 2018.

- Em 2017, as empresas privadas estavam **presentes em 6% dos municípios** (2,4% em concessões plenas).

=> 58% das concessões estavam em **municípios com menos de 20 mil habitantes** (e 70% das concessões em municípios com menos do que 70 mil habitantes); ou seja, a maioria dos municípios servidos por essas empresas privadas estariam na categoria de pequenos (“osso”).

- Cobertura: levantamento da ABES => De 234 municípios pesquisados com + 100 mil habitantes, apenas 29 estariam “rumo à universalização de esgoto”, dos quais 9 com concessão plena ou parcial a empresas privadas.

[66% dos municípios atendidos pelas empresas estaduais não contam serviços de coleta de esgoto]

- Qualidade da água: a incidência de coliformes fora do padrão na água fornecida pelas empresas privadas é 6 vezes inferior à média nacional.

# Desempenho das Empresas Estaduais de Saneamento no Brasil

2014-2017

**O Setor público investe relativamente pouco; mas a razão básica é que falta governança e gestão. Os ganhos tarifários vêm sendo transferidos aos salários e secundariamente aos investimentos.**

**Qual a evidência?** *Os quadros abaixo revelam que das 26 empresas analisadas (25 estados e o DF), com dados do Sistema Nacional de Informação de Saneamento (SNIS):*

- **Em 10 casos** – SANEPAR, SANEAGO, SANESUL, CAER, CAGEPA, DESO, CAGECE, EMBASA, CEDAE e COMPESA, *os aumentos das tarifas foram transferidos para aumentos salariais, enquanto que os investimentos se reduziram de forma relevante.* Em 8 desses 10 casos, as perdas de água aumentaram ou ficaram praticamente estagnadas.
- **Em 10 casos** – CAERN, CASAN, SABESP, CESAN, CORSAN, AGEPISA, SANEATINS, COPASA, COSAMA e DEPASA, *o aumento das despesas por empregado foi superior ou muito superior ao aumento dos investimentos; ou a queda das despesas foi inferior à queda dos investimentos.* Em 7 dos 10 casos, houve ampliação das perdas de água, por vezes muito significativa.
- **Em apenas 6 casos** – CASAL, CAEMA, COSANPA, CAESB, CAERD e CAESA – *a variação positiva do investimento superou o aumento das despesas com funcionários.* Desses 6 casos, houve queda acentuada das perdas de água em um, quase estagnação ou aumento nos demais.

**Tabela 1: Aumento de Tarifa, Aumento de Despesa por Empregado e Redução de Investimentos [10 casos]**

<b>2014-2017</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Δ% tarifas<sup>1</sup></b>	<b>Δ% despesa por empregado<sup>2</sup></b>	<b>Δ% investimentos</b>	<b>% perdas<sup>3</sup></b>	
				<b>2014</b>	<b>2017</b>
<b>SANEPAR</b> Companhia de Saneamento do Paraná	<b>54,2</b>	<b>31,2</b>	<b>-10,6</b>	<b>32,5</b>	<b>34,2</b>
<b>SANEAGO</b> Saneamento de Goiás S/A	<b>51,5</b>	<b>37,2</b>	<b>-68,7</b>	<b>28,7</b>	<b>25,4</b>
<b>SANESUL</b> Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S/A	<b>50,7</b>	<b>28,4</b>	<b>-4,6</b>	<b>37,8</b>	<b>40,0</b>
<b>CAER</b> Companhia de Águas e Esgotos de Roraima	<b>49,2</b>	<b>28,9</b>	<b>-45,8</b>	<b>59,4</b>	<b>75,4</b>
<b>CAGEPA</b> Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba	<b>38,6</b>	<b>32,3</b>	<b>-74,3</b>	<b>38,8</b>	<b>38,4</b>
<b>DESO</b> Companhia de Saneamento de Sergipe	<b>36,8</b>	<b>9,1</b>	<b>-15,6</b>	<b>60,8</b>	<b>47,8</b>
<b>CAGECE</b> Companhia de Água e Esgoto do Ceará	<b>33,7</b>	<b>18,5</b>	<b>-23,8</b>	<b>42,4</b>	<b>45,7</b>
<b>EMBASA</b> Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A	<b>29,1</b>	<b>21,9</b>	<b>-26,9</b>	<b>40,4</b>	<b>39,0</b>
<b>CEDAE</b> Companhia Estadual de Águas e Esgotos	<b>22,3</b>	<b>55,3</b>	<b>-62,4</b>	<b>30,6</b>	<b>29,8</b>
<b>COMPESA</b> Companhia Pernambucana de Saneamento	<b>20,4</b>	<b>21,3</b>	<b>-9,3</b>	<b>51,9</b>	<b>52,0</b>

Fonte das Tabelas 1, 2 e 3: SNIS 2018 e cálculos próprios.

<sup>1</sup>. Corresponde às tarifas médias de água e esgoto, calculadas a partir da receita operacional direta de água e de esgoto dividida pelo volume de água e de esgotos faturado menos volume de água bruta e tratada exportado e o volume de esgoto bruto importado.

<sup>2</sup> Despesa média mensal por empregado próprio (corresponde à soma de ordenados e salários, gratificações, encargos sociais - exceto PIS/PASEP e COFINS, pagamento a inativos e demais benefícios concedidos, tais como auxílio-alimentação, vale-transporte, planos de saúde e previdência privada), dividida pela quantidade total de empregados próprios.

<sup>3</sup> Calculado através da diferença entre a soma do volume de água produzido com o volume de água tratada importado e a soma do volume de água consumida com o volume de serviço, dividido pela diferença entre a soma do volume de água produzido com o volume de água tratada importada e o volume de serviço.

**Tabela 2: Aumento de Tarifa, Aumento de Despesa por Empregado Mais do que Proporcional ao Aumento de Investimento [6 de 10 casos]**

<b>2014-2017</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Δ% tarifas<sup>1</sup></b>	<b>Δ% despesa por empregado<sup>2</sup></b>	<b>Δ% investimentos</b>	<b>% perdas<sup>3</sup></b>	
				<b>2014</b>	<b>2017</b>
<b>CASAL</b> Companhia de Saneamento de Alagoas	<b>99,4</b>	<b>3,7</b>	<b>12,7</b>	<b>44,8</b>	<b>43,7</b>
<b>CAERN</b> Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte	<b>38,4</b>	<b>58,6</b>	<b>7,7</b>	<b>55,8</b>	<b>52,1</b>
<b>CAEMA</b> Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	<b>38,9</b>	<b>32,8</b>	<b>80,9</b>	<b>62,2</b>	<b>63,2</b>
<b>CASAN</b> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	<b>36,9</b>	<b>89,3</b>	<b>71,0</b>	<b>39,7</b>	<b>40,2</b>
<b>SABESP</b> Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	<b>35,2</b>	<b>31,3</b>	<b>7,7</b>	<b>31,4</b>	<b>32,6</b>
<b>CESAN</b> Companhia Espírito-Santense de Saneamento	<b>27,0</b>	<b>28,5</b>	<b>22,2</b>	<b>33,0</b>	<b>39,6</b>
<b>COSANPA</b> Companhia de Saneamento do Pará	<b>26,1</b>	<b>22,1</b>	<b>32,3</b>	<b>45,9</b>	<b>40,4</b>
<b>CORSAN</b> Companhia Rio-Grandense de Saneamento	<b>23,5</b>	<b>45,6</b>	<b>17,7</b>	<b>31,5</b>	<b>39,2</b>
<b>CAESB</b> Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal	<b>20,4</b>	<b>20,9</b>	<b>76,4</b>	<b>27,1</b>	<b>33,8</b>
<b>AGEPISA</b> Águas e Esgotos do Piauí S/A	<b>16,7</b>	<b>72,6</b>	<b>11,0</b>	<b>51,7</b>	<b>49,6</b>

**Tabela 3:** Quatro casos de queda dos investimentos sendo mais acentuada do que a queda das despesas por empregado; CAERD e CAESA investimentos aumentaram bem acima das despesas por empregado

<b>2014-2017</b>					
<b>Empresa</b>	<b>Δ% tarifas<sup>1</sup></b>	<b>Δ% despesa por empregado<sup>2</sup></b>	<b>Δ% investimentos</b>	<b>% perdas<sup>3</sup></b>	
				<b>2014</b>	<b>2017</b>
<b>SANEATINS</b> Companhia de Saneamento do Tocantins	<b>43,4</b>	<b>-12,6</b>	<b>-44,6</b>	<b>31,4</b>	<b>36,3</b>
<b>COPASA</b> Companhia de Saneamento de Minas Gerais	<b>21,0</b>	<b>-9,1</b>	<b>-16,0</b>	<b>33,7</b>	<b>37,6</b>
<b>COSAMA</b> Companhia de Saneamento do Amazonas	<b>12,1</b>	<b>-18,7</b>	<b>-53,2</b>	<b>61,2</b>	<b>60,5</b>
<b>DEPASA</b> Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento	<b>11,2</b>	<b>-39,7</b>	<b>-97,8</b>	<b>55,0</b>	<b>60,1</b>
<b>CAERD</b> Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia	<b>-1,4</b>	<b>25,8</b>	<b>4966,1*</b>	<b>58,1</b>	<b>64,1</b>
<b>CAESA</b> Companhia de Água e Esgoto do Amapá	<b>-37,0</b>	<b>65,2</b>	<b>140,3</b>	<b>78,2</b>	<b>66,2</b>

\* De 2014 a 2016 os investimentos da empresa variavam entre R\$ 230 e 600 mil, saltando para R\$ 31,6 milhões em 2017.